

A PERDA DE RENDIMENTOS DOS TRABALHADORES DA FUNÇÃO PÚBLICA E DOS PENSIONISTAS DURANTE A “TROIKA” E O GOVERNO PSD/CDS, E O CONGELAMENTO DAS REMUNERAÇÕES, DAS CARREIRAS E DAS PENSÕES CONSTANTE DOS PROGRAMAS ELEITORAIS DO PSD/CDS E DO PS

Tanto o PSD e o CDS como o PS já apresentaram os seus programas eleitorais para as eleições que se realizarão no fim deste ano. A leitura desses programas permite ficar a conhecer o que estes partidos pretendem fazer, no caso de serem governo, em relação às remunerações dos trabalhadores da Função Pública e às pensões dos reformados da Segurança Social e dos aposentados da CGA. É isso o que vamos procurar tornar claro neste estudo. Mas antes, utilizando dados oficiais (da DGO e da DGAEP do Ministério das Finanças e da Segurança Social e CGA), vamos procurar quantificar a perda de rendimentos que sofreram os trabalhadores da Função Pública e os pensionistas (da Segurança Social e da CGA) durante o período da “troika” e do governo PSD/CDS.

A PERDA DE RENDIMENTOS PELOS TRABALHADORES DA FUNÇÃO PÚBLICA DURANTE O PERÍODO DA TROIKA E DO GOVERNO PSD/CDS E O QUE CONSTA NOS PROGRAMAS ELEITORAIS DO PSD/CDS E DO PS

O último aumento de remunerações que tiveram os trabalhadores da Função Pública foi em 2009. Após essa data, as remunerações e carreiras foram congeladas e os seus ganhos sofreram cortes, o que causou uma redução significativa no seu nível de vida. O quadro 1, mostra de uma forma quantificada, os efeitos (cortes) da política imposta pela “troika” e pelo governo PSD/CDS, este na sua intenção de “ir para além da troika”, nos rendimentos dos trabalhadores da Função Pública.

Quadro 1 – A redução do rendimento dos trabalhadores da Função Pública resultante do congelamento, corte e confisco das remunerações base – Período: 2011/2015

ANOS	Número de Trabalhadores	REMUNERAÇÃO BASE MÉDIA MENSAL ILÍQUIDA				TOTAL DAS REMUNERAÇÕES BASE ILÍQUIDAS RECEBIDAS PELOS TRABALHADORES			
		Sem cortes e sem atualizações	Sem cortes e atualizada com base no IPC (aumento de preços)	Com o corte de Sócrates	Com o corte de Passos Coelho	Com reversão de 20% do corte de Sócrates	O QUE DEVIAM TER RECEBIDO (sem cortes e atualizadas)	O QUE RECEBERAM (devido cortes e confisco de subsídios)	PERDA DE RENDIMENTO RESULTANTE DO CORTE E CONFISCO DA REMUNERAÇÃO BASE MENSAL
2010		1.444 €							
2011	727.294	1.444 €	1.497 €	1.390 €		15.240.103.706 €	14.156.603.159 €	-1.083.500.547 €	
2012	719.766	1.444 €	1.538 €	1.390 €		15.500.563.202 €	12.008.633.525 €	-3.491.929.676 €	
2013	688.246	1.444 €	1.542 €	1.390 €		14.862.374.009 €	13.396.543.211 €	-1.465.830.798 €	
2014	661.681	1.444 €	1.538 €	1.390 €	1.311 €	14.249.100.267 €	12.760.226.945 €	-1.488.873.322 €	
mar-15	656.750	1.444 €	1.554 €			1.407 €	14.284.341.800 €	12.940.247.355 €	-1.344.094.445 €
SOMA DA PERDA RENDIMENTO PELOS TRABALHADORES									-8.874.228.788 €

NOTA: Dados utilizados nos cálculos são os da DGAEP-Ministério das Finanças; em 2012 deduziu-se o confisco subsídio férias e Natal

FONTE: Direção Geral da Administração e Emprego Público (DGAEP) – Ministério das Finanças

Os dados do quadro 1 são claros. Se as remunerações base dos trabalhadores da Função Pública tivessem sido atualizadas apenas para fazer face ao aumento de preços verificado no período 2010-2015, portanto apenas para manter o seu poder de compra e não para o melhorar, os trabalhadores da Função Pública (os que se mantiveram no ativo), teriam recebido mais 8.874,2 milhões € de remunerações base. O congelamento e o corte das remunerações, e o confisco de subsídios causaram um corte nos seus rendimentos igual a 60% das remunerações base de todos os trabalhadores da Função Pública durante um ano. E isto nas remunerações base. Se o cálculo for feito com base no ganho médio, que inclui os suplementos, as horas extraordinárias, etc., o corte nos rendimentos líquidos dos trabalhadores da Função Pública, durante a “troika” e o governo PSD/CDS deve ser superior a 10.200 milhões €.

Em relação às remunerações dos trabalhadores da Função Pública, a única medida que se encontra no programa de estabilidade 2015-2019 do governo PSD/CDS é reversão anual de 20% do corte a que ainda estão sujeitas as remunerações da Função Pública (são ainda necessários 4 anos para eliminar o corte), o que significa um aumento médio na

remuneração base de 17€ por mês, mas se se considerar o ganho médio, o aumento é menor, pois é apenas de cerca 13€. Recorde-se que os trabalhadores com ganhos médios inferiores a 1500€, por não terem sofrido qualquer corte, não terão até 2019 qualquer aumento. E segundo a DGAEP do Ministério das Finanças, em Março de 2015, eram 249.000, ou seja, 37,9% do total de trabalhadores da Função Pública. Por esta razão a reversão de 20% no corte representa em média, para os trabalhadores atingidos por ele, cerca de 21€ por mês.

Em relação ao programa eleitoral do PS, e relativamente às remunerações dos trabalhadores da Função Pública encontram-se na pág. 35 o seguinte: “A eliminação da redução salarial dos funcionários públicos em vigor desde o OE2011, em 2 anos através da supressão dos cortes salariais em 40% em 2016 e a parte remanescente em 2017”, portanto serão 2 anos para eliminar o corte. E “ Iniciar em 2018, o processo de descongelamento das carreiras e de limitação das perdas reais de remuneração que deverão ser avaliadas tendo em conta o impacto transversal de algumas em vários programas orçamentais”. Até 2018 não haverá aumentos salariais para compensar a subida de preços, apenas serão revertidos os cortes nas remunerações ainda existentes. Os trabalhadores com remunerações totais (ganhos) inferiores a 1500€ em 2015 (assistentes operacionais, assistentes técnicos, técnicos de diagnóstico e terapêutica, etc.), que desde de 2010 não tiveram qualquer aumento, e que são mais de 249.000, continuarão sem terem aumentos; os restantes apenas receberão em 2 anos o que lhes cortaram.

É isto o que PSD, CDS e PS têm nos seus programas eleitorais sobre esta matéria tão importante para os 665.000 trabalhadores portugueses e suas famílias. Se se incluir os trabalhadores das empresas públicas, o seu número é muito maior.

A PERDA DE RENDIMENTOS PELOS PENSIONISTAS DURANTE O PERÍODO DA “TROIKA” E DO GOVERNO PSD/CDS E O QUE CONSTA NOS PROGRAMAS ELEITORAIS DO PSD/CDS E PS

Contrariamente à propaganda do governo que procurou convencer a opinião pública que as pensões mínimas eram aumentadas, a verdade é que apenas um ou dois escalões – os mais baixos - das pensões mínimas (e são 5 escalões) tiveram aumentos irrisórios no período da “troika” e do governo PSD/CDS, como mostra o quadro 2.

Quadro 2 – Pensões que foram aumentadas durante a “troika” e governo PSD/CDS- 2010-2015

PENSOES	SEGURANÇA SOCIAL - PENSÕES MENSAIS					AUMENTO MENSAL DA PENSÃO					
	Em 2010	Em 2011	Em 2012	Em 2013	Em 2014	Em 2015	Em 2011	Em 2012	Em 2013	Em 2014	Em 2015
Pensionistas de velhice e invalidez do Regime Geral com carreira contributiva - Pensões mínimas											
Até 15 anos de contribuições	246,4 €		254,0 €	256,8 €	259,4 €	262,0 €	0,0 €	7,6 €	2,8 €	2,8 €	2,6 €
Pensão provisória de invalidez	189,5 €	EM 2011 SÓCRA- TES CON- GELOU TODAS AS PENSÕES INCLUIN- DO AS MI- NIMAS (Aumen- to ZERO para todos os pensionistas) Artº 68 Lei 55-A/2010 (OE2010)	195,4 €	197,6 €	199,5 €	199,5 €	0,0 €	5,9 €	2,2 €	2,2 €	0,0 €
Pensão do Regime Especial Atividades Agrícolas	227,4 €		234,5 €	237,1 €	239,4 €	241,8 €	0,0 €	7,1 €	2,6 €	2,6 €	2,4 €
Pensões do Regime não Contribu-tivo (Pensão Social e outras)	189,5 €		195,4 €	197,6 €	199,5 €	201,5 €	0,0 €	5,9 €	2,2 €	2,2 €	2,0 €
Pensão do Regime transitório trabalhadores agrícolas	189,5 €		195,4 €	197,6 €	199,5 €	201,5 €	0,0 €	5,9 €	2,2 €	2,2 €	2,0 €
CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES (CGA)			CGA -Pensões mensais				CGA: AUMENTO MENSAL PENSÃO				
De 5 até 12 anos de contribuições	230,2 €		237,4 €	240,0 €	242,4 €	244,8 €	0,0 €	7,1 €	2,6 €	2,6 €	2,4 €
Mais de 12 até 18 anos	240,0 €		247,4 €	250,2 €	252,7 €	255,2 €	0,0 €	7,4 €	2,7 €	2,7 €	2,5 €
Pensões de sobrevi- vência, preço de sangue e outras pagas pela CGA	2010		2012	2013	2014	2015	Em 2011	Em 2012	Em 2013	Em 2014	Em 2015
De 5 até 12 anos de contribuições	115,1 €		118,7 €	120,0 €	121,2 €	122,4 €	0,0 €	3,6 €	1,3 €	1,3 €	1,2 €
Mais de 12 até 18 anos	120,0 €		123,7 €	125,1 €	126,3 €	127,6 €	0,0 €	3,7 €	1,4 €	1,4 €	1,3 €

FONTE: Portarias 1458/2009, 320-B/2011, 432-A/2012, 378-B/2013 e 286-A/2014

Durante a “troika” e o governo PSD/CDS apenas os dois escalões mais baixos (por vezes, apenas um) das pensões mínimas – as com valor inferior a 250€ em 2010- foram aumentados e em valores irrisórios (o aumento variou entre 4 cêntimos e 25 cêntimos por dia). O número de pensionistas de velhice e de invalidez da Segurança Social abrangidos por estes aumentos ronda os 250.000 e os da CGA somente 70.000. Portanto, a esmagadora maioria dos reformados e aposentados têm as suas pensões congeladas desde de 2010. Tal facto, associado ao confisco dos subsídios de férias e Natal em 2012, e à aplicação da CES, um imposto que incidia apenas sobre os pensionistas e que deixou de se aplicar somente quando o Tribunal Constitucional declarou tal medida inconstitucional, determinou uma redução muito significativa dos rendimentos dos

pensionistas tanto da Segurança Social como da CGA, como revela o quadro 3, agravando imenso as condições de vida desta camada da população atirando muitos deles para a miséria, mais grave porque tiveram de apoiar os filhos desempregados.

Quadro 3 – A perda de rendimentos pelos pensionistas (Segurança Social e CGA) durante o período da “troika” e do governo PSD/CDS – 2011-2015

ANO	DESPESA COM PENSÕES TOTAIS Milhões €			DESPESAS COM PENSÕES CONGELADAS DESDE 2010 Milhões €	ATUALIZAÇÃO DAS DESPESAS COM PENSÕES CONGELADAS DESDE 2010 COM BASE NO IPC Milhões €	PERDA ACUMULADA DE RENDIMENTOS DOS PENSIONISTAS DEVIDO AO CONGELAMENTO E CONFISCO Milhões €
	Seguran- ça Social	CGA	TOTAL			
2011	14.448	8.714	23.162	19.862	20.587	-726
2012 (Com confisco subsídio férias e Natal)	14.429	7.951	22.380	19.040		
2012 (sem confisco subsídio férias e natal)			23.480	20.140	21.300	-2.260
2013	15.331	9.213	24.544	21.164	22.450	-1.286
2014 (Estimativa)	15.429	9.493	24.922	21.502	22.700	-1.198
2015 (Previsão)	15.420	9.773	25.193	21.732	23.200	-1.468
PERDA DE RENDIMENTOS ILIQUIDOS PELOS PENSIONISTAS (CGA e Segurança Social) devido ao congelamento das pensões e confisco do subsídio de férias e Natal em 2012						-6.938

FONTE: Relatórios OE-2011 a 2015; Relatórios e Contas da CGA : 2011-2013

No período 2011-2015, se as pensões dos reformados da Segurança Social e dos aposentados da CGA que foram congeladas tivessem sido atualizadas com base no aumento verificado no IPC (Índice de Preços no Consumidor) para apenas manterem o seu poder de compra (não para aumentar), e se o subsídio de férias e de Natal não tivesse sido confiscado em 2012, os pensionistas teriam recebido mais 6.938 milhões €. A este corte nos seus baixos rendimentos há ainda a acrescentar a CES (Contribuição Extraordinária de Solidariedade) que determinou, em 2013, mais um corte no rendimento dos aposentados da CGA de 300 milhões €, e no rendimento dos reformados da Segurança Social de 121 milhões €, como consta da pág. 51 do Relatório do OE-2013.

O QUE CONSTA DOS PROGRAMAS ELEITORAIS DO PSD/CDS E DO PS

O PSD/CDS no programa de estabilidade 2015-2019 que elaborou e aprovou prevê mais um corte de 600 milhões € nas pensões (pág. 39), como os cortes feitos já não fossem suficientes. A ministra das Finanças numa reunião pública das “jotas” afirmou que esse corte tinha também de ser feito nas pensões que já estão a ser pagas. Perante a reação da opinião pública que tal declaração provocou, Passos Coelho veio dizer que, afinal, não defendia o corte nas pensões. Mas esta declaração tem apenas objetivos eleitoralistas, sendo de prever que, se o PSD e CDS forem governo, procurem impor tal medida.

Em relação ao PS, o seu programa eleitoral é omissivo sobre esta matéria tão importante para milhões de portugueses. As páginas 78-80 tratam da Segurança Social. Incluem-se medidas que, se afirma, visam garantir a sustentabilidade da Segurança Social – *promover estudos transparentes, retrospectivos e prospetivos; aumentar a TSU das empresas com elevados índices de precariedade* (na pág., 11, e a pretexto de aumentar o rendimento disponível dos trabalhadores pretende-se reduzir a TSU que incide sobre os trabalhadores em 4 p.p., para logo a seguir reverter); *consignar à Segurança Social o imposto sobre heranças superiores a um milhão de euros; alargar aos lucros das empresas a base de incidência da contribuição dos empregadores; repor com prioridade o combate à evasão à fraude e evasão; fazer a convergência total entre a CGA e o RG da Segurança Social, mesmo antes de fazer um estudo do impacto de tal medida; etc.*, etc.. – mas não há uma palavra sobre as pensões dos reformados e aposentados e, nomeadamente, sobre o congelamento a que estão sujeitas desde 2010. E certamente não será nem por esquecimento nem por acaso. Deixamos isso para a reflexão do leitor.

O descongelamento das remunerações dos trabalhadores da Função Pública e das pensões é que constituiria certamente um meio importante de aumentar o rendimento disponível da população e de incentivar a recuperação económica.

Eugénio Rosa, edr2@netcabo.pt , 11-6-2015